



Acta n.º 3 /08

*ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2008*

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas catorze horas, reuniram, no Cine- Teatro de São Luís em Pinhel, os membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Municipais Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra, Rita Catarina Ferreira Soares Capelo, Carlos Alberto Caetano Monteiro e dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Lamegal e de Pínzio, Ricardo João Ferreira Soares Capelo e Alberto Santos Lourenço, os quais justificaram atempadamente as suas faltas.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu ainda conhecimento que se verifica a ausência dos Senhores Deputados Municipais Gonçalo Passos Correia da Cruz, Sérgio Alexandre Raposo Ferreira Paula e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Cidadelhe, Freixedas e Pereiro, Paulo Jorge Pacheco Marques, Filipe Carlos Patrício Augusto e José Caetano Dâmaso, respectivamente.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, António Luís Monteiro Ruas, bem como do Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura e do Senhor Vereador José Manuel Morgado Martins. -----

Constatado existir “*quorum*” para a realização da Sessão, deu-se início aos trabalhos.-----

Faziam parte da “Ordem de Trabalhos” da Sessão, previamente convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José António Sales Gomes, os seguintes pontos:--

1. Análise e votação das actas das Sessões do dia 29 de Fevereiro e do dia 29 de Abril de dois mil e oito; -----

2. Período antes da Ordem do Dia; -----

3. Período da Ordem do Dia;-----

a) Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como a situação financeira;-----



b) Apreciar e deliberar sobre a Proposta de nomeação do Revisor Oficial de Contas para o ano de 2008;-----

c) Votação da Lista para nomeação de juízes sociais no âmbito dos tribunais de menores do Município de Pinhel; -----

d) Pedido de ratificação do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Pinhel e a Junta de Agricultores do Regadio de Cerejo/Vila Franca das Naves; -----

e) Apreciar e deliberar sobre o Projecto de Código de Posturas do Município de Pinhel;-----

f) Apreciar os documentos respeitantes ao concurso público para Constituição da Parceria público-privada (anúncio, programa de procedimento e anexos).-----

4. Intervenção do Público. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pinhel antes de dar início à Ordem de Trabalhos solicitou à Presidente de Junta de Freguesia de Valbom, Anabela Damasceno que substituísse a Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra na presente Sessão.-----

A terminar, solicitou aos membros da Assembleia Municipal que se procedesse a um minuto de silêncio, uma vez que tinha falecido o Dr.º António José Madeira Amaro, o qual foi Vereador da Câmara Municipal e membro da Assembleia e acrescentou que irá ser feito um ofício à família a dar conhecimento de tal procedimento efectuado pelos deputados Municipais.-----

#### *PONTO UM*

*1) Análise e votação das actas das sessões do dia vinte e nove de Fevereiro e do dia 29 de Abril de dois mil e oito*

Abertas as inscrições para análise e votação da acta da sessão do dia 29 de Fevereiro do corrente ano, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Carlos Ribeiro (PS), Paulo Álvaro (PSD), José Manuel Cruz (PSD), Pedro Ivo (PSD), João Marujo (PSD), Sr.º Vereador Rui Ventura e o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufêmia, Adérito Rodrigues da Silva.-----



Considerando as alterações propostas pelos deputados municipais, as mesmas constam da acta aprovada.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a acta à votação. ---  
Posta à votação a mesma foi aprovada, unanimidade. -----

Abertas as inscrições para análise e votação da acta da sessão do dia 29 de Abril do corrente ano, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Carlos Guimarães (PS), Carlos Ribeiro (PS), Pedro Ivo (PSD) e o Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Madeira, Manuel Inocêncio.-----

Considerando as alterações propostas pelos deputados municipais, as mesmas constam da acta aprovada.-----

*Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):-* Após lhe ter sido dada a palavra disse que tinha tido algumas dificuldades em ler a acta, em aprovação.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a acta à votação. ---  
Posta à votação a mesma foi aprovada, maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS). -----

#### *Período antes da Ordem do Dia*

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Henrique Saraiva (PS), Rui Alberto Marques Ventura (PSD), Pedro Ivo (PSD), Carlos Ribeiro (PS), José Manuel Cruz (PSD).-----

*Deputado Municipal Henrique Luís Saraiva (PS):-* Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, disse que, em todas as Assembleias Municipais, se tem falado sobre a variante da Malta e, com base nesta afirmação, solicitou que lhe seja dito se existem algumas novidades relacionadas com o Cruzamento do Arco, na 221, se já existe alguma decisão por parte do Estado e/ou qual é a posição da Câmara Municipal



relativamente a este assunto, tendo em vista a sua rápida resolução, uma vez que aquele cruzamento encontra-se muito mal feito.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* explicou que a construção da passagem superior da variante da Malta é uma situação que o preocupa e, neste seguimento, procedeu à leitura do memorando, por ele, solicitado ao Instituto de Estradas de Portugal, para que os Senhores Deputados Municipais tenham conhecimento do que se passa com a referida variante:-----

1 – 31 de Outubro de 2007 – elaborou-se um despacho de autorização para abertura do concurso para execução da passagem superior ao Km 3275 – estabelecimento de caminho municipal de acesso;-----

2 – 26 de Dezembro de 2007 - abertura do concurso público para concessão/construção da referida variante, com apresentação de três concorrentes, tendo sido excluído um dos concorrentes, apresentando-se a concurso apenas duas soluções técnicas diferentes.-----

3 – 5 de Março de 2008 – data de aprovação do relatório de qualificação pelo Conselho de Administração do Instituto de Estradas de Portugal.-----

4 – 12 de Março de 2008 – comunicação aos concorrentes da qualificação atribuída.-----

5 – 20 de Março de 2008 – fim de prazo de reclamação do relatório de qualificação.-----

6 – 2 de Maio de 2008 – fase de análise das propostas e proposta de adjudicação ao Conselho de Administração.-----

7 – 9 de Maio de 2008 – aprovação do projecto de decisão de autorização para a realização de audiência prévia.-----

8 – 12 de Maio de 2008 – realização de audiência prévia, com dez dias úteis, para pronuncia dos concorrentes, onde foi apresentada uma reclamação por parte de um dos concorrentes, dentro do prazo de audiência prévia, tendo sido dada resposta por parte do Instituto de Estradas de Portugal a 2 de Junho de 2008 e acrescentou que ainda se está aguardar recurso, dentro do prazo de 10 dias úteis, para propor ao Conselho de Administração da Empresa Estradas de Portugal, S.A a adjudicação.-----

Seguidamente, disse que o concurso de concessão/construção daquela variante foi aberto há mais de um ano e informou que, depois da referida reclamação, foi apresentada uma contestação por parte da Empresa Estradas de Portugal.-----



Disse ainda que o prazo acabou a semana passada, que o empreiteiro que reclamou não concorda com a decisão e acrescentou que não irão ser apresentados mais recursos relativamente a este assunto, dando-se o caso como encerrado.-----

Adiantou que terá de ir, novamente, ao Conselho de Administração para adjudicação e que irão ser atribuídos mais alguns dias para elaboração do auto de consignação. -----

A terminar, referiu que a obra só irá começar, em meados de Agosto, a qual tem um prazo de execução de três meses.-----

Relativamente à Estrada do Arco, o *Senhor Presidente da Câmara* disse que tinha reunido com a nova Directora do Instituto de Estradas de Portugal, Eng.<sup>a</sup> Rosa Saraiva e acrescentou que lhe tinha colocado essa questão.-----

Continuando, informou que existe um outro cruzamento, também ele bastante perigoso, o qual dá acesso ao Bairro do Moinho do Vento. -----

Seguidamente, deu conhecimento que a Autarquia propôs uma alteração ao Instituto de Estradas de Portugal relacionada com esse cruzamento, dado que tem uma curva bastante perigosa, o que dificulta a visibilidade.-----

A terminar, deu ainda conhecimento que a proposta apresentada pela Câmara Municipal para resolução daquela situação foi a de se construírem rotundas, uma vez que são cruzamentos muitos perigosos.-----

O *Deputado Municipal Henrique Luís Saraiva* disse que existem muitas estradas municipais, onde existe falta de limpeza junto às bermas, o que, na sua opinião, é um “atentado” aos incêndios e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que o informe relativamente a este assunto.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* explicou que a desmatação das bermas foi adjudicada, há mais de um mês, acrescentando que já tinha sido feita a desmatação de algumas estradas.-----

A terminar, informou que a Câmara Municipal fez algumas contratualizações com alguns funcionários, tendo em vista a aceleração do processo.-----

*Deputado Municipal Rui Manuel Marques Ventura (PSD)*:- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----



Continuando, solicitou que lhe fosse explicado qual foi o critério e a metodologia utilizada para colocação dos números de polícia, na Cidade de Pinhel, acrescentando que não tem conhecimento de que a Autarquia informou a população que iria proceder à colocação dos referidos números, porque, de facto, tem conhecimento que existem já algumas queixas relacionadas com este assunto.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* explicou que é uma questão colocada por muitos munícipes e informou que foram avisados, uma vez que foi feito um edital.-----

Continuando, deu conhecimento que todos os munícipes conhecem a regulamentação da toponímia, que a Autarquia tentou cumprir o regulamento, o qual já existe há mais de dez anos e adiantou que a Câmara Municipal está a dar cumprimento a essa regulamentação. -----

Informou ainda que, como é óbvio, existem queixas, porque não se podem colocar os números de polícia de forma aleatória, ou seja, terão de ser colocados, de acordo com o que está regulamentado e com o que foi aprovado pela Assembleia Municipal de Pinhel.-----

A terminar, disse que as queixas prendem-se com o facto de os números não serem coincidentes e explicou que a Câmara Municipal tem informado as pessoas que irá diligenciar, no sentido de enviar para os correios as novas direcções, alertando-os para o novo número, após a sua apresentação na Autarquia.-----

*Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD)*:- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, deu os parabéns ao executivo Municipal pela realização de mais uma edição da Feira do Livro, acrescentando que o local foi muito bem escolhido, o que mostra que o actual executivo se preocupa com a parte cultural e com o dinamismo da Cidade de Pinhel e, neste seguimento propôs que, no próximo ano, a Feira do Livro se faça numa das ruas da cidade, o que lhe dará movimento, promovendo-se, deste modo, a descentralização das actividades a realizar na cidade.-----

Seguidamente, disse que a vinda dos “Amigos do Zéthoveen” para realização de um concerto enche de orgulho todos os Pinhelenses, dado que também fazem parte do referido grupo, crianças, residentes no Concelho de Pinhel.-----



Adiantou que, na última Assembleia Municipal realizada no passado dia 29 de Fevereiro, a Dra Maria da Luz tinha alertado os membros da Assembleia para o facto de ter de retroagir sobre a deliberação tomada, por forma a não prejudicar os dois funcionários, em questão, e acrescentou que, após leitura da acta, confirmou que o Deputado Municipal Carlos Ribeiro disse que iria votar a favor e verifica-se que se absteve da referida votação.-----

Assim sendo, de imediato, disse que nos deparamos com a incongruência de uma “bancada” que apregoa uma coisa e como diz o povo “via-se a ver e faz outra”.---

Continuando, proferiu o seguinte comentário, o qual se transcreve na íntegra:”Sim, porque no seguimento de uma explicação dada por quem de direito, o representante da bancada Socialista, sem querer ofender os restantes membros que penso não fazerem parte desse partido, mas que por razões que só a ele dizem respeito se juntaram a eles.-----

Disse e passo a citar “face aos esclarecimentos prestados não se pode ser insensível perante o facto de estar em causa a vida de um ser humano”, acrescentando que a posição do PS é a de que o problema não deverá ser adiado e, assim sendo, irá votar a favor.-----

Cabe-me aqui dizer – organizem-se, pelos vistos apanharam o síndrome do ”já mais”, parafraseando um ministro do vosso Governo, o que agora é verdade passado meia hora já é mentira.-----

Mas também compreende-se, pois quando alguém que tem a responsabilidade ao nível do País o faz, não é de estranhar que outros da mesma cor também o demonstrem – quem sai aos seus não degenera, se fosse ao contrário é que seria surpresa.-----

Será que é este tipo de incongruência que convém ao nosso Concelho?-----

Para quem quer ser alternativa não me parece que este seja o caminho a seguir e podem pensar o que quiserem, mas também, não é este tipo de oposição sem rei nem roque que o PPD/PSD que se encontra ao leme do Concelho de Pinhel, por vontade de quem sente na pele todas as atrocidades que o Governo Central tem feito a esta região gostaria de ver.-----

Pois se é com uma estrutura forte e coesa que se leva o Concelho a bom porto, também é verdade que a oposição tem algo com que contribuir, aí sim teremos mais força para superar as dificuldades que a nossa interioridade infelizmente nos trás”.-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu os comentários proferidos pelo Deputado Municipal Pedro Ivo relacionados quer com a Feira do Livro quer com a vinda dos “Amigos do Zéthoven”, a Pinhel, e acrescentou que a realização desses dois eventos mostra que a Autarquia tem feito um excelente trabalho no Município, ao nível cultural.-----

A terminar, disse que não sabe se a proposta apresentada pelo Deputado Pedro Ivo irá ser colocada em prática, uma vez que os funcionários que ficam responsáveis pelos standers, todos os anos se queixam das condições climatéricas, nomeadamente do calor que se faz sentir nesses dias, razão pela qual se passou este ano a referida Feira para o parque da Trincheira, acrescentando que isto não invalida o facto de serem apresentadas propostas quer pelos deputados municipais quer pelos munícipes.-----

*Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):-* Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

De imediato, pediu desculpa se existe de facto contradição, em termos da sua votação, e esta relacionada com a alínea f) da ordem de trabalhos da sessão ordinária realizada no passado dia 29 de Fevereiro de 2008.-----

Continuando, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que “foi apanhado de surpresa” com o encerramento da fábrica de confecções “Tendências Diárias”, em Pinhel.-----

Continuando, referiu que a empresa Zara para quem a empresa “Tendências Diárias” pediu a esta que introduzisse uma inovação nas peças por ela produzidas, mantendo-se os mesmos preços de venda das referidas peças, apesar de ser dispendido mais tempo na sua execução e acrescentou que parece que, a partir da referida introdução, a situação financeira da empresa “Tendências Diárias” começou a degradar-se, chegando ao ponto de não pagar os vencimentos, na altura devida, passando a pagá-los, atrasadamente.-----

Seguidamente, disse que a referida empresa tentou sempre que o volume das receitas fosse superior ao volume das despesas, o que o empresário não conseguiu, devido ao baixo preço que a Zara passou a pagar pela mão de obra da empresa “Ana Raquel” e referiu que o factor inovação, na confecção das peças, e o baixo preço que o mercado – Zara passou a pagar às trabalhadoras agravou não só os efeitos nefastos decorrentes do “incêndio” nas instalações da empresa “Tendências Diárias”, na ex-



cooperativa das maçãs, em Agosto de 2007, mas também os efeitos nefastos decorrentes das condições deficientes e difíceis em que laboravam as 60 trabalhadoras, durante muito tempo, acrescentando que os referidos factores reflectiram-se na produção.-----

Disse que para toda esta conjugação de factores haveriam de concorrer a degradada situação financeira da empresa, tornando-se impossível e inviável a manutenção da referida laboração naquelas instalações e, de imediato, perguntou se a Câmara Municipal não devia preocupar-se em conhecer as dificuldades por que passava a empresa, em especial, as dificuldades financeiras.-----

A terminar, referiu que, nessa altura, se assim o entendesse tentava a Câmara Municipal, a todo o custo, impedir o encerramento da fábrica, avançando, nomeadamente, com um “plano de recuperação da fábrica”, viável, e, “com pernas para andar” e acrescentou que conseguido isso, a Câmara Municipal de Pinhel teria contribuído para incrementar a actividade económica do Concelho, estando hoje de parabéns.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel* disse que o empresário, proprietário da empresa “Tendências Diárias” tinha mais duas empresas, que a referida Empresa tinha recebido o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Pinhel e acrescentou que tinha começado com a boa vontade de um empresário do Concelho, o qual foi criticado, na altura, pela implementação da referida empresa, na Cidade de Pinhel, em instalações do próprio.-----

Continuando, disse que, no dia 14 de Maio, tinha reunido com o empresário Sr. António José Baraças e com o empresário, proprietário da empresa “Tendências Diárias”, onde tinha dito que estava com dificuldades financeiras para manter a sustentabilidade daquela empresa.-----

Seguidamente, lembrou que, após o incêndio, as funcionárias foram transferidas para um outro pavilhão, o qual não reunia as melhores condições e acrescentou que houve um esforço muito grande para que as funcionárias fossem instaladas e os postos de trabalho não desaparecessem.-----

Enalteceu ainda o sacrifício feito pelas funcionárias, uma vez que o espaço, em termos de climatização, não era o melhor e acrescentou que o Município sempre esteve disponível para ajudar o empresário, dado que tinha também a concordância da Assembleia Municipal, a qual ia nesse sentido.-----



Disse que tinha apresentado uma proposta ao empresário, no sentido de trazer todas as facturas dos prejuízos decorrentes do incêndio, desde facturas das máquinas a facturas de obras que tivesse feito e que fossem necessárias efectuar-se e adiantou que a Autarquia tinha de ter, em sua posse, toda a documentação que servisse de suporte, para que se arranjasse uma solução que resolvesse o problema do referido empresário.-----

Continuando, disse que tem conhecimento que o Sr. António José Baraças cedeu gratuitamente quer as instalações quer a sua manutenção, desde electricidade e água e acrescentou que o Sr. António Baraças fez também um contrato com o empresário, adiantando-lhe 50.000,00 (cinquenta mil euros), para o seu funcionamento.-----

Seguidamente, deu conhecimento que o empresário, proprietário da empresa “Tendências Diárias” tinha dito ao Sr. António José Baraças, no dia anterior ao encerramento que estava com muitas dificuldades para manter o pessoal, que tinha de despedir 10 funcionárias e acrescentou que o Sr. António Baraças lhe tinha perguntado qual era o seu problema relativamente ao funcionamento da fábrica.-----

Disse que o empresário, proprietário da referida empresa, tinha transmitido que precisava de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), por mês, para satisfazer os compromissos com as funcionárias e informou que o Sr. António José Baraças lhe tinha sugerido que se deslocasse à Câmara Municipal para falar com o executivo para se analisar a situação e a forma como o iriam ajudar, quer fosse através da transferência da referida verba ou não, para que se mantivessem os postos de trabalho que estavam em risco.-----

Adiantou que a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi a de se transferir, gradualmente, essa verba e acrescentou que a resposta do empresário foi a de que não queria que a verba fosse transferida, mensalmente, mas sim na sua globalidade e acrescentou que perante esta afirmação do empresário parecia que algo não batia certo.-----

Disse que, no dia seguinte, todas as funcionárias foram despedidas, após ter sido feito um carregamento de todo o material que, por elas, tinha sido confeccionado, tendo ficado a empresa sem qualquer peça e acrescentou que, nesse seguimento, o executivo Municipal reuniu com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o empresário António José Baraças para se analisar a situação.-----



Deu conhecimento que, nessa mesma reunião, se tinha chegado à conclusão de que o empresário, sem contar, com os apoios da Segurança Social, recebeu cerca de 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros).-----

Seguidamente, acrescentou que a fábrica durante os dez meses de laboração produziu, acrescentando que as trabalhadoras apenas recebiam o ordenado mínimo, o que dá uma despesa com vencimentos, na ordem dos €20.250,00 (vinte mil e duzentos e cinquenta euros), os quais multiplicados pelos dez meses dá um total de € 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos euros).-----

Deu conhecimento que, perante isto, o empresário tinha verba suficiente para pagar os vencimentos às funcionárias, sobrando ainda um montante de 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos euros) e acrescentou que as funcionárias apenas receberam oito meses, ficando o empresário com cerca de € 60.000,00 (sessenta mil euros).-----

Adiantou que as funcionárias confeccionaram o material, o qual também não era pago pelo empresário, mas sim, pelo responsável que recebe esse mesmo material depois de confeccionado e informou que tinha falado com algumas das trabalhadoras, as quais deram a conhecer que confeccionavam, por dia, mais de 300 peças.-----

Disse ainda que, se as 300 peças fossem vendidas a € 3,00 (três euros) cada uma, em 20 dias de laboração eram produzidas 6000 peças, o que dava uma receita de € 18.000,00 (dezoito mil euros), por mês, o que mostra que existia um saldo positivo de € 260.000,00 (duzentos e sessenta mil euros) e, assim sendo, perguntou qual foi a razão que terá levado o empresário a encerrar a empresa e por que razão não fez chegar à Câmara Municipal a facturação solicitada, tendo em vista a resolução do problema.-----

O Deputado Municipal agradeceu a explicação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara referente a este assunto.-----

O *Deputado Municipal Carlos Ribeiro* disse que a Câmara Municipal terá de estar atenta a certas obras que a lei geral, em qualquer país civilizado e progressivo mande, de uma forma imperativa e obrigatória, que sejam executadas pelos particulares e donos legítimos, dispensando formalidades maiores, porque são desnecessárias, ou são executadas, pela Câmara Municipal, em substituição dos particulares, quando estes negam fazê-las, apresentando-lhes a conta, findas as citadas obras.-----

Continuando, referiu que há muitos munícipes que querem executar esse tipo de obras, de uma forma qualificada, séria e responsável, respeitando a traça e tradição,



acabando com a ameaça de integridade física que impende sobre as pessoas, acabando com a ameaça da saúde pública, acabando com a afectação do meio ambiente, decorrente do abandono e degradação a que tais obras estão votadas, efectivando-se a execução de tais obras, promovendo-se, deste modo, a actividade económica do Concelho, ou seja, cria-se riqueza.-----

Seguidamente, adiantou que a sua não execução atrasa a actividade económica do Concelho, não se criando riqueza, sendo típica de todos aqueles males e inconvenientes que atrás foram referidos, fazendo-os perdurar no tempo, para alvo de critica e mal-estar social das gerações actuais e vindouras.-----

Disse que para a não execução de tais obras, das tais obras simples, tem contribuído o excesso de legalismo, legalismo este despropositado, irracional e doentio de certos técnicos, que pululam por algumas Câmaras do nosso país, convencidos que são bons servidores estatais, os quais só vêem eventuais argueiros ilegais e acrescentou que esses técnicos apoiados nos referidos argueiros, de uma forma ousada, para dizer não a tal tipo de obras.-----

Adiantou que para dizerem não, à actividade económica do Concelho, para dizer não à criação de riqueza e de bem-estar social, é lamentável para o mal económico dos Concelhos que, tais técnicos não olhem para os lados, para cima e para baixo, para descortinar as traves ilegais de outras obras mais complexas, verdadeiros mamarrachos ofensivos de sensibilidade do homem médio.-----

Continuando, disse ainda que o defeito desses técnicos é único e exclusivamente o de “olharem só em frente”, desconhecendo a verdadeira e suprema lei, a que não deve ser desrespeitada nos seus princípios fundamentais, defensores dos direitos do ser humano, ou seja, defensora do direito do bem-estar social.-----

Seguidamente, concluiu que as Câmaras Municipais deveriam obrigar a que tais obras, e, outras se fizessem e acrescentou que caso os munícipes as não fizessem, a Autarquia deveria substituir os munícipes, apresentando-lhes a conta no final.-----

Disse que os munícipes informam a Câmara Municipal de que querem executar tais obras, apoiando-se em fundamentos verdadeiros e sérios e acrescentou que os técnicos, negando, a evidência dos fundamentos dos requerentes, proibem-nas.-----

A terminar, deu um exemplo de um caso em que era sistematicamente negada a construção de uma moradia, onde a posição da Câmara era apenas a de se apoiar em pareceres técnicos, os quais proibiam a referida construção, acrescentando que a



Direcção Geral do Ambiente deu razão ao munícipe, tendo sido mandada executar a obra pela própria Câmara Municipal.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* disse que os técnicos regem-se pela lei e pelos juristas e que estes têm várias interpretações da lei, acrescentando que entende que é para ser cumprida, devendo ajudar os munícipes e não dificultar-lhes ainda mais os seus problemas.-----

Continuando, referiu que terá de existir total abertura e flexibilidade por parte dos técnicos municipais, para que muitas das vezes se resolvam os problemas existentes nas nossas aldeias e acrescentou que reconhece que os técnicos não estão na Câmara Municipal para dificultar as situações, mas sim, para os ajudarem a resolver os problemas que muitas das vezes a própria lei não resolve.-----

Seguidamente, adiantou que tinha dito aos funcionários que, dentro da legalidade, há que ser mais flexível e há que ajudar as pessoas, informando-os de como os seus problemas se resolvem, porque só assim os munícipes terão viabilidade para poderem construir, uma vez que já foi mais fácil, porque a lei foi, novamente, alterada, relativamente às pequenas construções/reconstruções de palheiros e de casas velhas.-----

Disse que para se colocar actualmente um telhado é muito complicado, porque é necessário fazerem-se fotografias, apresentar-se uma memória descritiva, existir um técnico responsável pela obra, ao substituir-se a madeira, por betão armado é necessário fazer-se o seu respectivo cálculo, o que faz com que as pessoas não paguem € 500,00 (quinhentos euros) a € 1.000,00 (mil euros), por um projecto, quando, na verdade, vão gastar esse valor na recuperação do telhado.-----

Deu conhecimento que é necessário saber como se resolve este problema e acrescentou que no regulamento que a Assembleia Municipal aprovou referente à edificação foram abolidas todas essas exigências, respeitantes às áreas de pequenas dimensões, existindo ainda excepções no referido regulamento relativamente a esta matéria, porque a lei permitiu que se fizesse isso.-----

A terminar, disse que terá de existir uma maior abertura para que as pessoas possam recuperar a baixos custos, sem terem de apresentar projectos, as suas casas, porque se assim não acontecer acabarão por ruir.-----

*Deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD:-* Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----



Continuando e relativamente à intervenção do deputado municipal anterior, disse que a lei terá de ser cumprida.-----

Seguidamente, perguntou em que situação se encontra o novo Centro de Saúde, para quando está prevista a sua inauguração, o que é que o Ministério da Saúde já ofereceu ao Concelho de Pinhel que minore as consequências advindas de um possível encerramento do SAP e quem na Câmara Municipal, para além das chefias médias e altas, tem isenção de horário e se tem a isenção de horário por que motivo o tem.-----

A terminar, perguntou o que se está a passar com a fábrica de madeiras, questionando o executivo municipal quanto à sua vinda para o Concelho de Pinhel, acrescentando que teve conhecimento que existiu uma reunião em Espanha, onde foi dito que, eventualmente, não se iria instalar, em Pinhel.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* disse que não tem indicações quanto ao encerramento do SAP e acrescentou que a situação do novo Centro de Saúde é muito complicada, uma vez que ouviu dizer, na Comunicação Social, que o novo Centro de Saúde estaria concluído, no final do mês de Junho.-----

Continuando, disse que a Câmara Municipal está a colaborar, em termos de construção civil, com os subempreiteiros que estão a finalizar as obras que faltam no novo Centro de Saúde e informou que se tinha deslocado à obra, onde constatou que existe ainda muito trabalho por fazer, nomeadamente, ao nível do telhado, uma vez que as impermeabilizações estão muito mal feitas.-----

Disse que o Eng.º, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos lhe tinha transmitido que iria avançar com a parte interior do edifício, deixando a cobertura para mais tarde e informou que lhe tinha explicado que isso não era correcto, porque com condições climáticas adversas teria de se retirar para outros pavilhões todo o material aí existente.-----

Reiterou que, na sua opinião, está tudo muito atrasado, apesar da Senhora Directora Regional da Sub-região de Saúde da Guarda já ter dito que o novo Centro de Saúde estará concluído, no final do mês de Junho e acrescentou que quanto ao encerramento do SAP não tem qualquer comunicação relativamente a esta matéria.-----

Acrescentou que tinha sido apresentada uma proposta, a qual propunha que um Agrupamento ficasse na Guarda, outro na Beira Interior Norte, a qual terá de ser dividida em duas, e acrescentou que ficaria outro Agrupamento, em Celorico da Beira, Pinhel, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Almeida.-----



Continuando, referiu que tinha sido contestado esse Agrupamento, uma vez que não faz sentido que Celorico da Beira venha para Pinhel, quando, na verdade, está muito mais perto da Cidade da Guarda.-----

Seguidamente, disse que na Câmara Municipal não existe isenção de horário a não ser para a chefia.-----

A terminar, adiantou que já tinha transmitido à Comunicação Social qual era a sua opinião relativamente à fábrica das madeiras, uma vez que tem conhecimento de que os empresários, proprietários de outra fábrica, em Nelas estão a despedir alguns funcionários e acrescentou que perante tal situação tem dúvidas quanto à sua instalação, em Pinhel.-----

### *PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS*

- a) *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira*

O Senhor Presidente procedeu à leitura da sua informação escrita, a qual se transcreve na íntegra.-----

“Volvidos mais alguns meses, do presente mandato, temos vindo a fazer um esforço, no sentido de concluirmos o actual Quadro Comunitário de Apoio.-----

Como é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, o investimento total ronda os 25.179.066,12 € com uma comparticipação comunitária de 12.663.271,00 €.---

Nesta recta final, tentamos, fazer um esforço suplementar no sentido de procurarmos ainda, conseguir mais algumas aprovações que dependerão do bom ritmo dos trabalhos a executar.-----

Lamentamos o encerramento da fábrica de confecções, sedeadada na antiga cooperativa das frutas.-----

Não encontramos razões plausíveis e explicáveis para o seu encerramento.-----

Como já tivemos oportunidade de noticiar o empresário recebeu avultadas verbas para a manutenção dos postos de trabalho.-----

Apesar de todas as ajudas, os postos de trabalho foram extintos.-----

Logicamente que a Câmara Municipal tudo fará para reaver os postos de trabalho perdidos.-----



Penso que de uma forma muito breve vos pude dar uma resenha sintética destes últimos dois meses.”-----

O *Senhor Presidente* explicou que a Câmara Municipal terá de ter as obras finalizadas até ao fim do mês de Agosto e que os pedidos de pagamento final poderão ser efectuados até finais do mês de Setembro, acrescentando que existem duas candidaturas que se encontram em “stanbay”, as quais se prendem com a conclusão de alguns trabalhos relacionados com a ligação entre a Rua do Jogo da Bola e com a Rua da Sr.<sup>a</sup> da Coluna à Zona Histórica de Pinhel e com a possibilidade de se avançar com uma obra de Rectificação da Estrada de Cidadelhe até ao Azêvo, a qual ainda não mereceu aprovação por parte da Unidade de Gestão, mas que tudo indica que sejam aprovadas.-----

O Senhor Presidente deu conhecimento que o défice da Câmara Municipal ronda os 485.470,01 € e que a dívida que a autarquia tem para com a empresa Águas do Zêzere e Côa ronda os 710.348,92 €. -----

A terminar, disse que está preocupado com esta dívida, acrescentando que não sabe como irá resolver este problema, uma vez que a Autarquia já o tentou resolver através do “Programa pagar a tempo e horas”, tendo sido dito que o Município de Pinhel não tem direito ao empréstimo.-----

Abertas as inscrições inscreveram-se os deputados municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), Henrique Luís Saraiva (PS) e João Marujo (PSD).-----

*Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):*- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou o que a Câmara Municipal de Pinhel irá fazer para reaver os postos de trabalho e de que forma irá tirar Pinhel do marasmo profissional e da falta de postos de trabalho.-----

Continuando, disse que se o problema do século XX era a falta de água e foi resolvido, como é que o executivo Municipal pensa criar postos de trabalho, em Pinhel, uma vez que só com a criação de postos de trabalho é que se poderá criar riqueza e desenvolvimento no Concelho.-----

Seguidamente, referiu que o executivo Municipal luta contra dois inimigos que é o Estado português, sediado em Lisboa, e o Governo, sediado em Bruxelas, uma vez que não sabemos das pretensões do Governo para as regiões de menor dimensão do interior



do país, para que, de uma vez por todas, se acabe com o esvaziamento e encerramento de todas as vilas.-----

A terminar, perguntou que futuro o executivo pensa criar para Pinhel.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* disse que nunca tinha falado na fábrica das madeiras nem na fábrica das confecções, uma vez que os processos não foram conduzidos pela Autarquia, tendo apenas acompanhado as preocupações do empresário, o qual fez um grande investimento na fábrica da ex-Rohde relativamente à ampliação daquelas instalações.-----

Continuando, informou que eventuais empresários deslocaram-se a Pinhel para falarem com o executivo Municipal e para verem as instalações, adiantando que não existe ainda nada, em concreto, relativamente a este assunto.-----

Seguidamente, disse que já se deslocaram a muitas fábricas de confecções, sedeadas no Porto, que já teve uma reunião com algumas das ex-trabalhadoras da fábrica “Tendências Diárias”, as quais foi lançado o desafio de assumirem a responsabilidade de criar uma empresa, recebendo, como é óbvio, ajudas quer por parte da Câmara Municipal quer pelo empresário António José Baraças.-----

Disse que entende o receio demonstrado pelas funcionárias, uma vez que existe um outro problema, o qual se prende com o facto de não se saber onde se irá colocar o produto fabricado, acrescentando que terá de existir alguém responsável que diga que a empresa é credível e que tem instalações, podendo a Câmara Municipal ajudar as funcionárias financeiramente.-----

Deu conhecimento que existe um empresário que se disponibilizou a ficar com a fábrica de confecções ou a criar uma nova empresa, em Pinhel, em parceria com fábricas do Norte e acrescentou que esse mesmo empresário ficou de enviar um proposta e um memorando nesse sentido, tendo em vista analisar-se a possibilidade de eventuais concessões. -----

Disse que tinham visitado a fábrica das madeiras, a Residência de Estudantes e a ex-Rohde, uma vez que as antigas instalações da ex-Rohde poderão servir para instalação de outras fábricas, estando tudo ainda em aberto.-----

A terminar, disse que enquanto as propostas não estiverem consolidadas, na sua opinião, não vale a pena estar a criarem-se expectativas falsas, uma vez que o principal objectivo a ter em conta será o de se arranjar estabilidade e alguma segurança, reiterando que o executivo Municipal está a trabalhar nesse sentido.-----



*Deputado Municipal Henrique Luís Saraiva (PS):-* Após lhe ter sido dada a palavra disse que a culpa não é do actual governo nem do governo sediado em Bruxelas quando se perdem postos de trabalho.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* disse que o QREN está muito atrasado, o qual depende do PIDAC, uma vez que se não houver dinheiro no PIDAC irá ser muito complicado, dado que tudo terá de estar contabilizado com o PIDAC e este com o QREN.-----

Continuando, referiu que a Câmara Municipal espera que algumas Câmaras não avancem para que consiga ir buscar mais algum dinheiro para poder requalificar algumas das nossas estradas e acrescentou que o eixo prioritário é o eixo Norte/Sul – Cidadelhe-Azêvo-Alto de Valbom, começando depois na Estrada Nacional 221 até ao Lamegal.-----

Seguidamente, disse que a Câmara Municipal tem feito alguns acessos a determinadas freguesias, acrescentando que a Autarquia está a tentar negociar uma contratualização com a Comurbeiras.-----

Deu conhecimento que o Estado ainda não contratualizou, nem sequer analisou o plano de acção enviado pela Comurbeiras para aprovação e acrescentou que enquanto não for aprovado não poderá haver nenhuma contratualização, apesar da Câmara Municipal ter colocado algumas estradas no referido Plano, faltando apenas confirmar se vão ser contempladas ou não.-----

*Deputado Municipal João Marujo (PSD):-* Após lhe ter sido dada a palavra disse que é de realçar o que aconteceu no dia 1 de Junho, dado que foi um momento inesquecível e de grande dignidade cultural assistir a um concerto, onde estiveram em palco 300 crianças, vindas de todo o país, para interpretar as músicas que fazem parte do CD os “Amigos de Zéthoveen” e acrescentou que o mérito deve-se também ao mestre Luís Cipriano. -----

A terminar, reiterou que foi um momento que enche de orgulho todos os Pinhelenses.-----

*Apreciar e deliberar sobre a Proposta de nomeação do Revisor Oficial de Contas para o ano de 2008*



O Senhor Presidente da Mesa leu a cópia parcial da acta realizada no passado dia 2 de Junho do corrente ano (documento n.º 1 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia.-----

Abertas as inscrições, inscreveu-se unicamente o deputado Municipal Pedro Ivo (PSD).-----

*Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):-* Após lhe ter sido dada a palavra disse que é com satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD constata, que em tempo de crise e quando se fala em aumentos por tudo e por nada, que a Câmara Municipal reduziu para metade o montante que pagava ao Revisor Oficial de Contas e acrescentou que “afinal para mal de muitos as contas da Câmara Municipal continuam a andar nos eixos.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a alínea b) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Votação da Lista para nomeação de juízes sociais no âmbito dos tribunais de menores do Município de Pinhel*

O Senhor Presidente da Mesa disse que tem dúvidas perante esta nomeação dos juízes sociais, no âmbito dos tribunais de menores, uma vez que não sabe como irão votar a lista apresentada, dado que foram diversas entidades que indicaram os nomes.---

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta lista foi feita, uma vez que a Câmara solicitou a todas entidades que indicassem os nomes dos juízes sociais, acrescentando que algumas das entidades responderam ao solicitado, outras encontram-se ainda a proceder ao envio dos nomes e que existem outras entidades que ainda nem sequer responderam.-----

O Senhor Presidente da Mesa disse que a Assembleia Municipal não terá de votar a lista em causa.-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que terá de ser a Assembleia a indicar os 15 nomes das 17 entidades, constantes na referida lista.-----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se o assunto já tinha sido analisado pelo executivo Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o assunto já tinha sido presente à reunião do executivo Municipal.-----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou por que motivo o executivo não retirou as duas das entidades.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a votação da lista é da competência da Assembleia Municipal.-----

A Directora do Departamento Administrativo e Financeiro disse que existem dois procedimentos que poderão ser escolhidos, o primeiro procedimento que poderá ser seguido será algum dos Grupos Parlamentares ou a própria Mesa apresentar uma lista e excluir dois nomes e o segundo procedimento a ter em conta será distribuir a lista pelos deputados municipais para poderem excluir dois dos nomes, constantes na referida lista, acrescentando que depois terá de nomeada um comissão escrutinadora, a qual transmite à Mesa o nome das duas entidades excluídas.-----

O deputado municipal Paulo Álvaro (PSD) disse que a questão prende-se com o facto dos deputados municipais irem participar num processo que desconhecem, por completo, não conhecendo qual irá ser a sua essência, para que é, que competências e que número de elementos tem e quem são as instituições e suas competências e acrescentou que os membros deveriam ter recebido a legislação que suporta todo este processo.-----

O deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD) referiu que é necessário saber qual é o dispositivo legal que obriga os membros da Assembleia a pronunciarem-se sobre este assunto e qual é a lei em que se baseia concretamente.-----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se o assunto não poderá ser remetido para uma das Comissões da Assembleia Municipal e vir, mais tarde, a sua ratificação à próxima Sessão, devendo indicar-se os nomes e informar o tribunal que a proposta enviada está sujeita à ratificação na próxima Assembleia Municipal.-----

A Directora do Departamento Administrativo e Financeiro disse que o tribunal, nos termos da Lei, solicitou à Câmara Municipal que desenvolvesse todo o processo, no âmbito dos juízes sociais e acrescentou que a lei refere que deverá ser a Assembleia



Municipal que terá de proceder à votação da lista, durante o mês de Junho, escolhendo 15 juízes efectivos e 45 juízes suplentes.-----

Continuando, referiu que o executivo Municipal deliberou convidar todas as Associações para que indicassem o nome dos dois juízes efectivos e o nome dos dois juízes suplentes, onde foi dado o prazo de um mês para indicação dos respectivos nomes, acrescentando que perante o facto de não ter existido resposta, por algumas das entidades, procedeu-se, novamente, ao envio de novo ofício, onde se reiterou novamente a indicação dos nomes, tendo sido dado um prazo de cinco dias úteis.-----

Seguidamente, disse que compete à Assembleia Municipal eleger 15 juízes efectivos e de entre as entidades suplentes escolher 45 nomes a juízes sociais, os quais irão substituir os efectivos nas suas faltas e impedimentos, acrescentando que existe um número suficiente para os efectivos, o que não se verifica com os suplentes, dado que ficámos muito abaixo do número que é exigido.-----

A terminar, o Senhor Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pela Mesa, a qual se transcreve na íntegra:-----

“O assunto agendado no ponto três, alínea c) deve baixar à Comissão de Bem-Estar e, posteriormente, informar ao Tribunal da Comarca da deliberação e que será ratificada na próxima Assembleia Municipal.”-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Pedido de ratificação do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Pinhel e a Junta de Agricultores do Regadio de Cerejo/Vila Franca das Naves*

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), Pedro Ivo (PSD) e Carlos Ribeiro (PS).-----

O Senhor Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU) solicitou que lhe fosse explicado que tipo de contrato foi celebrado entre a Câmara Municipal de Pinhel e a Junta de Agricultores do Regadio de Cerejo/Vila Franca das Naves.-----



O *Senhor Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD)* disse que é um protocolo que já existe, solicitando-se apenas que seja ratificado pela Assembleia Municipal, o qual vai melhorar a qualidade de vida das duas aldeias que irá servir, em termos de abastecimento de água, ou seja, a Freguesia de Bouça Cova e a Freguesia de Alverca da Beira, uma vez que o “bem água” é um bem de primeira necessidade que deverá ser colocado ao serviço de todos, com qualidade e em quantidade, melhorando, deste modo, a vida das populações.-----

A terminar, disse que é uma mais valia para a Associação de Regantes e acrescentou que perante o facto do regadio de Cerejo ser uma estrutura muito pesada, em termos de despesas de manutenção, na sua opinião, todo o dinheiro é bem vindo.-----

O *deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS)* alertou para as obrigações que existem e que deverão ser cumpridas por ambas as partes e acrescentou que como bom defensor da Junta de Agricultores não vê, nesta Junta, a capacidade reivindicativa perante a Câmara Municipal para chamar a si um máximo de direitos razoáveis e um mínimo de obrigações a cumprir por aquela Junta.-----

Continuando, disse que a Câmara Municipal deveria desempenhar o duplo papel, ou seja, substituir-se à Junta de Agricultores, nos direitos e obrigações que lhe assistem, não devendo desprezar as obrigações a cumprir pela Câmara Municipal e acrescentou que terá de existir o cuidado da Autarquia em dar à referida Junta o que ela tem direito.-

Seguidamente, disse que dúvida que a referida Junta tenha a capacidade reivindicativa de chamar a si, os direitos a que os agricultores de Cerejo/Vila Franca das Naves têm, perguntando, de imediato, se existiu por parte da Câmara Municipal o cuidado em ver se a “gente simples” tinha vontade de pedir algo mais e que não pediu, dando liberdade à Autarquia para que redigisse as normas que fazem parte do contrato.--

A terminar, perguntou que cuidados existiram e como apareceu a redacção de tais normas que fazem parte do referido contrato.-----

O *Senhor Presidente da Câmara Municipal* disse que surge, na sequência da construção de uma barragem, feita pelo Ministério da Agricultura, a qual tinha como objectivo principal fazer o abastecimento público e acrescentou que aquando do regadio tinha sido acautelado, no dimensionamento da respectiva barragem, um volume armazenado, em albufeira, tendo em vista o abastecimento público.-----



Continuando, disse que, de acordo com a lei, o abastecimento público está acima do regadio, acrescentando que para se fazer este abastecimento, embora estivesse previsto no estudo, a Câmara Municipal teve de solicitar autorização à Direcção Regional de Agricultores da Beira Interior e à Associação de Regantes, respectivamente.-----

Seguidamente, referiu que não foi a Câmara Municipal quem fez o protocolo, uma vez que é um protocolo tipo que o Ministério da Agricultura tem para com todas as Associações de Regantes, no qual foram apenas alterados os nomes de ambas as partes, o volume a captar, o preço referente à bombagem em bruto, ou seja, respeitante a água da própria albufeira, tendo sido também acordado que o preço da taxa de captação seria de 0,10 (dez cêntimos), por metro de água captada na respectiva albufeira.-----

Disse que a referida Associação acautelou todas as suas preocupações e que a Câmara Municipal apenas subscreveu o referido protocolo, acrescentando que poderá colocar-se a pergunta de outra forma, ou seja, de acordo com o sistema de regadio que se encontra na bacia de Bouça Cova, será que aquela Associação terá benefícios em se associar à Autarquia.-----

Adiantou que a referida Associação vai ter muitos benefícios ao associar-se à Câmara Municipal, uma vez que o regadio não é totalmente feito por gravidade, porque tem uma bombagem e perante a diminuição do seu nível máximo, a água terá de ser bombada para o reservatório, para que alguns sistemas de rega funcionem e, por isso, têm consumos de energia elevadíssimos, acrescentando ainda que é um sistema altamente sofisticado e que está a dar muitos problemas.-----

Deu conhecimento que já fizeram chegar essa preocupação, junto da Direcção da Agricultura da Beira Interior respeitante ao sistema de “telegestão”, acrescentando que, neste momento, as bombas não funcionam, não se estando a efectuar o abastecimento às aldeias a partir do sistema elevatório do sistema de rega.-----

Deu ainda conhecimento que tinha sido solicitada autorização para se fazer a bombagem directamente da albufeira sem parar o sistema de regadio e acrescentou que a Câmara Municipal resolve o problema sem precisar do sistema de bombagem do regadio da referida Associação, porque ao colocar uma bomba na albufeira capta a água directamente para a estação de tratamento, para depois, mais tarde, bombear a água.-----



Reiterou que os agricultores só têm vantagens ao se associarem à Câmara Municipal, uma vez que os custos de energia são elevadíssimos e acrescentou que não se sabe se a referida Associação irá conseguir manter aquele sistema de regadio. -----

Disse que o sistema é viável enquanto gravítico e que a partir, do momento, em que a albufeira comece a baixar, então, na sua opinião, irá ser muito complicado aquela Associação manter o referido sistema.-----

Acrescentou que, para além dos consumos de energia existem ainda despesas de manutenção do próprio sistema, dado que são muitos quilómetros de regadio e acrescentou que o protocolo serve, na verdade, para que a Câmara Municipal utilize aquele sistema, utilize a bombagem da água para o reservatório, o qual não poderá ser feito, neste momento, uma vez que no sistema de bombagem não ficou devidamente acautelado o abastecimento de água às populações, porque a água que é bombada para o reservatório serve apenas para colocar pressão naquele sistema. -----

Acrescentou que existe a necessidade de alterar aquele sistema para que possa funcionar, simultaneamente, em termos de regadio e em termos de abastecimento de água.-----

Disse que o regadio não funciona, porque existem cortes de válvulas que terão de ser feitos, acrescentando que a Câmara Municipal acabou por abandonar o sistema de regadio e optou por implementar um sistema de captação próprio para não prejudicar os Agricultores.-----

O deputado municipal Carlos Ribeiro (PS) disse que a água ao chegar a um determinado nível deixa de ter pressão, o que vai fazer com que não chegue aos prédios rústicos naturalmente e, em altura oportuna, e acrescentou que perante esta situação então é necessário o dispêndio de energia referido (estação elevatória) para conseguir ir buscar a água não pelo sistema de comunicação mas às custas de energia, concorrendo para esta situação os anos de seca e o abastecimento que terá de ser feito às freguesias atrás mencionadas e respectivas anexas, colocando-se, deste modo, uma questão – o “bem água” está a ser disputado por duas entidades quer pela referida Junta de Agricultores e quer pelas referidas freguesias.-----

A terminar, perguntou se a Câmara Municipal ao alcançar este bem dá em troca despesas de energia para manter a estação elevatória, em toda aquela estrutura, se as despesas inerentes a essa estrutura estão fora dos encargos da referida Junta e qual é a entidade que suporta as despesas de manutenção dessa estação elevatória.-----



O *Senhor Presidente* disse que a Câmara Municipal não quer prejudicar os agricultores com este protocolo e reiterou que, provavelmente, não o irá utilizar, acrescentando que a Autarquia terá ainda de dar algum dinheiro àquela Junta de Agricultores.-----

Continuando, disse que é uma obra que ainda pertence ao Ministério da Agricultura, não tendo sido transferida, na sua totalidade, para a referida Associação, porque aquele Ministério também já constatou que não irá ser fácil a sua transferência e acrescentou que a Associação de Agricultores também já verificou que a manutenção daquele sistema irá ser muito complicada.-----

Seguidamente, reiterou novamente que a Câmara Municipal vai investir na captação própria, em termos de albufeira e adiantou que não irá utilizar a estação elevatória da referida Associação, uma vez que está como muitos problemas.-----

Deu conhecimento que a Câmara já solicitou autorização ao Director Regional para ir buscar a água directamente à albufeira e afirmou que enquanto o problema não for resolvido, a Autarquia não irá colocar o sistema da referida Associação a funcionar.-----

Deu ainda conhecimento que a Câmara Municipal está muito preocupada perante o facto de a albufeira começar a baixar, o que irá fazer com que os seus hidrantes deixem de ter água, a não ser que seja repostado o sistema, ou seja, que se bombeie para o reservatório e depois do reservatório se faça o sistema de rega.-----

A terminar, disse que foi aprovado o presente protocolo para que, no futuro, existam regras quer para a Câmara Municipal quer para a Associação de Regantes, porque a facturação de energia vai ser muito pesada para aquela Associação.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea d) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com as abstenções dos Senhores deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes, Carlos Guimarães, Carlos Ribeiro e Eduardo Magro dos Reis.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Apreciar e deliberar sobre o Projecto de Código de Posturas do Município de  
Pinhel*



O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal procedeu à leitura da cópia parcial da acta da reunião ordinária do executivo municipal (documento n.º 2 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia).-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), Carlos Ribeiro (PS) e João Marujo (PSD).-----

*Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU)* disse que o Regulamento não pode ter sido elaborado por um jurista, uma vez que não está correcto, tem conceitos vagos, imprecisos e inconstitucionais, que não podem estar no ordenamento jurídico, apresentando uma proposta, onde solicita que lhe seja confiada a sua elaboração (documento n.º 3 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia).-----

O *Senhor Presidente* explicou que o presente regulamento foi elaborado por uma jurista e lembrou que tinha sido acordado, nas Assembleias Municipais anteriores, que os juristas que fazem parte da referida Assembleia, iam reunir, tendo em vista a elaboração de um novo regulamento ou apenas o enriquecimento do documento em análise, o que nunca aconteceu, acrescentando que o mesmo já este em discussão pública.-----

O Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS) disse que perante a intervenção do deputado Ricardo Avelãs Nunes, o referido regulamento não poderá ser aprovado e foi de parecer que se deveria proceder à elaboração de um diploma mais perfeito.-----

A terminar, referiu que vota a favor da proposta apresentado pelo deputado Ricardo Avelãs Nunes.-----

O deputado municipal João Marujo (PSD) adiantou que o assunto deveria ser remetido a uma das Comissões, tendo em vista evitarem-se mais confusões, podendo a Comissão indicada convidar os juristas, se assim o entender, aquando da revisão do referido documento.-----

Seguidamente, o Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, a qual se transcreve na íntegra:-----

“O Grupo Municipal do PSD, no âmbito da proposta apresentada, vem propor que o “Projecto de Código de Posturas do Município de Pinhel seja submetido à



apreciação prévia da respectiva comissão desta Assembleia Municipal – Comissão de Poder Local.”-----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o artigo 46º, ponto 5 refere que podem fazer parte das comissões, o Presidente da Assembleia Municipal e outros elementos a convidar pelo Presidente da comissão, sem direito a voto, se a comissão assim o entender, contribuindo, deste modo, para ajudar na sua redacção.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta apresentada pela CDU à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi rejeitada, por maioria, com três abstenções dos deputados Municipais Francisco José Lourenço Baraças, José Manuel Cruz e Orlando Paulino Ferreira e com oito votos a favor dos deputados municipais Ricardo Avelãs Nunes, Carlos Ribeiro, Carlos Guimarães, António Silva, Adérito Silva, Eduardo Magro dos Reis, Manuel Neves e Henrique Luís Saraiva -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta apresentada pelo PSD à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com três abstenções dos senhores presidentes de junta Orlando Paulino, Manuel Neves e Adérito Silva e com seis votos contra dos deputados municipais Carlos Guimarães, António Silva, Eduardo Magro dos Reis, Carlos Ribeiro, Henrique Luís Saraiva e Ricardo Avelãs Nunes.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Apreciar os documentos respeitantes ao concurso público para Constituição da Parceria público-privada (anúncio, programa de procedimento e anexos)*

O Senhor Presidente da Mesa disse que esta alínea tinha sido retirada pelo executivo Municipal, na medida em que o parecer do Tribunal de Contas não chegou a tempo da presente Sessão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que este assunto foi aprovado condicionalmente pela Assembleia Municipal, mediante apresentação do programa de concurso e caderno de encargos e parecer do Tribunal de Contas, o qual ainda não se



pronunciou, podendo afirmar que não poderá emitir parecer quanto à legalidade do procedimento escolhido, em virtude de não ser da sua competência, acrescentando que se for esse o parecer terá de se decidir se se solicita o parecer à DGAL, à Direcção Geral do Tesouro ou a outro organismo. -----

A terminar, disse que não é correcto o documento ser discutido, nesta sessão.-----

O assunto foi retirado pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

#### *Intervenção do Público*

Relativamente a este ponto da *Ordem de Trabalhos*, interveio o munícipe Sr. Alexandre. -----

O Senhor Alexandre disse que está em discussão as novas regiões vitivinícolas e deu conhecimento que foram excluídas todas as regiões da Beira Interior – Norte e Sul, acrescentando que não sabe quem controla o âmbito geográfico das referidas regiões.---

O Senhor Presidente da Mesa disse que, provavelmente, está a fazer confusão com a terminologia, uma vez que as regiões vitivinícolas têm sido coincidentes com as Comissões vitivinícolas e/ou regionais e são estas que irão desaparecer enquanto que as regiões de produção regional irão manter-se.-----

*Encerramento:* Quando eram dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão e para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales Gomes* cujos trabalhos coordenou e por nós, *Anabela Damasceno e Alfredo Torres*, que na qualidade de secretários a redigimos com a colaboração da funcionária da Autarquia, *Sandra Marisa Martins Amaral de Almeida*.-----